



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Eplício Alencar
Salgueiro — Pernambuco

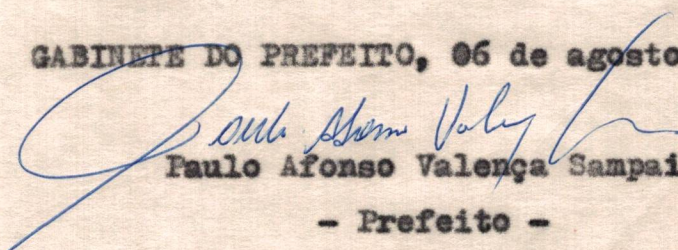
- LEI Nº 860/84 -

EMENTA: Autoriza o Chefe do Poder Executi-
vo a alterar percentual da Taxa '
de Serviços Urbanos Pela Presta-'
ção de Serviços de Iluminação Pú-
blica e dá outras Providências.

O Prefeito do Município de Salgueiro, Estado de
Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores'
em Reunião Ordinária, realizada em 03.08.84, aprovou e eu sanciono
a seguinte LEI:

GABINETE DO PREFEITO, 06 de agosto de 1.984


Paulo Afonso Valença Sampaio

- Prefeito -

ART. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autori-
zado a alterar percentual, para atribuir à COMPANHIA DE ELETRICIDA-
DE DE PERNAMBUCO- CELPE, o encargo de arrecadar a Taxa de Serviços
Urbanos cobrada pelo Município pela prestação dos serviços de Ilu-
minação Pública.

ART. 2º - A referida taxa será calculada na base
de 2% (dois por cento) para consumidores residenciais com consumo'
até de 30 (trinta) KWH, e 2,5% (dois e meio por cento) para os con-
sumidores residenciais com consumo superior a 30 (trinta) KWH e pa-
ra os de classe comercial e industrial sobre qualquer consumo, se-
rá de 3% (tres por cento) sobre o resultado de aplicação do coefi-
ciente de atualização monetária, previsto pela Lei nº 6205, de 29
de abril de 1977, sobre os valores-Padrão decorrentes do Decreto '
nº 79.611, de 28 de abril de 1977.



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Eptácio Alencar
Salgueiro - Pernambuco

- LEI Nº 860/84 -

ART. 3º - Os percentuais acima mencionados serão aplicados sobre os valores de referências.

ART. 4º - A remuneração devida à COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE PERNAMBUCO - CELPE, pelo serviço de cobrança da aludida taxa, não poderá exceder de 5% (cinco por cento) sobre o total mensal arrecadado.

ART. 5º - Fica à COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE PERNAMBUCO - CELPE, autorizada a proceder toda e qualquer Alteração do percentual da taxa de serviços Urbanos cobrada pelo Município dos Serviços de Iluminação Pública, devida pelos usuários residentes, proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis e edificados em logradouros beneficiados por esses serviços, sobre os resultados de aplicação do coeficiente de atualização monetária, previstos pela Lei nº 6205/77.

ART. 6º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara, 06 de agosto de 1984

Washington de Sá Sampaio
Washington de Sá Sampaio
-Presidente-

Antonia Pires da Luz Barros e Silva
Antonia Pires da Luz Barros e Silva
- 1ª Secretária -

José Belarmino Ângelo
José Belarmino Ângelo
- 2º Secretário -